

Apoio - CLC, CAW, USWA-CA, CISL, CCOO, Solidarity Center-AFLCIO

Correio Sindical Mercosul, n 129 – de 21/09 a 28/09/02



Brasil: 9.976.999 contra a Alca ! Quase 100% das 10,1 milhões de pessoas que votaram no plebiscito nacional da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) condenaram a participação do Brasil no bloco econômico liderado pelos EUA. A grande maioria quer que o governo, inclusive, abandone as negociações da Alca. O resultado foi divulgado pelos organizadores do plebiscito -CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), sindicatos de trabalhadores, entidades do movimento social e de estudantes, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e partidos políticos. Mais de 60 entidades brasileiras, representadas por mais de 27 mil pessoas em todo o país, organizaram o movimento, dentre elas a própria CNBB, o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), além da **CUT** (Central Única dos Trabalhadores), **MST** (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da **CMP** (Central de Movimentos Populares).

O plebiscito foi realizado entre os dias 1º e 7 deste mês em 3.894 municípios. Participaram da votação 10.149.542 pessoas -o equivalente a 8,8% do eleitorado brasileiro e a 5,9% da população. Desse total, 98,33% disseram que o governo não deve assinar o acordo da Alca e 95,94% responderam que país não deve participar das negociações do bloco econômico. Os votantes também se manifestaram contra o acordo dos governos de Brasil e EUA que



O número de votantes bateu os seis milhões registrados no Plebiscito da Dívida Externa, em 2000.

permite o uso da Base de Alcântara (MA) por militares norte-americanos. 98,59% são contra o acordo. Uma cópia do resultado e do manifesto - que prega a soberania nacional- foi protocolada no Senado, porque o presidente da Casa, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), não recebeu os organizadores do plebiscito, que querem que o Congresso aprove a realização de um plebiscito oficial.

Nos Estados, o resultado também foi superior a consulta de 2000. Em São Paulo, mais de 2.337.063 pessoas votaram nas 9100 urnas espalhadas em metrô, rodoviárias e praças públicas. Minas Gerais contabilizou mais de 1.297.416 votos. No Espírito Santo, 17,75% do eleitorado votou, somando 380.975 votos, espalhados em 3700 urnas. Goiás apurou 209.406 cédulas e o Maranhão, 263.388. Sede do Fórum Social Mundial, o Rio Grande do Sul obteve 600.058 votos.

De acordo com organizadores dos comitês estaduais, tão importante quanto o resultado da consulta foi a maior popularização do tema, em princípio árido, na sociedade. Eles atribuem o sucesso de comparecimento às urnas, maior do que o observado em 2000, em parte ao período de campanha eleitoral que chamou a atenção para a importância da votação. Além disso, a ampla divulgação de material da Campanha Nacional contra a Alca contribui para colocar o assunto nas rodas de bate-papo. A campanha produziu a cartilha "Para entender a Alca", com tiragem de 400 mil exemplares, além de jornais e cartazes, distribuídos em todo o país. Além disso, a ampla divulgação de material da Campanha Nacional contra a Alca contribui para colocar o assunto nas rodas de bate-papo. A campanha produziu a cartilha "Para entender a Alca", com tiragem de 400 mil exemplares, além de jornais e cartazes, distribuídos em todo o país. ((Folha de SP, 18-09-02, CNM-CUT Internacional n.35 18.09.02)

Gremios convocan grande movilización civil para el 23 de septiembre – El acto, en repudio al gobierno de González Macchi y a las medidas económicas adoptadas por este, es convocado por la Coordinación General de Gremios y Organizaciones que comunicado menciona que “se mantiene la convocatoria para las organizaciones y gremios que tengan el interés de construir una país digno”. El trabajo de convocación se hace a través de distintas comisiones - Movilización de Transportes, Movilización de Trabajadores, Movilización Urbana, Movilización de ONGs, Movilización Agrícola y Movilización Campesina – y además se creo la Comisión Técnica que se encuentra analizando propuestas que permitirán establecer las bases de negociación con el Gobierno. Camioneros, taxistas, transportes alternativos, gremios de

empresas de transporte de esta localidad y del interior, así como organizaciones campesinas, son algunos de los sectores que se estarán plegando a los productores de la Coordinadora Agrícola del Paraguay (CAP) en la zona de Ciudad del Este en la protesta del próximo lunes. (ABC Color, 18-09-02).

El PIT-CNT quiere que en noviembre se plebiscite la política económica de Batlle

- El Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT anunció oficialmente en la víspera que ha iniciado contactos con sectores políticos, sociales y gremiales para llevar adelante el último domingo de noviembre (el 24) del corriente un "Plebiscito Nacional Popular". A través de esta consulta se le pedirá a la población que se manifieste a favor o en contra de la política económica y social del gobierno.

Ante esta difícil situación la central sindical resolvió plantearle a la ciudadanía que "recobre, en estos momentos de profunda crisis, la defensa de la democracia, su soberanía y el protagonismo al resolver qué rumbo quiere seguir". Pero esto se debe llevar adelante dentro de la mayor amplitud posible y junto a organizaciones sociales y populares, los sectores productivos y del trabajo.

En esta oportunidad la propuesta es poner a consideración de la población dos papeletas. En una de ellas se podrá leer: Voto por NO cambiar y mantener la coalición de gobierno. En la otra estará: Voto por SI al cambio, que plantean el PIT-CNT; junto a la Onajpu, FEUU, Fucvam, la Concertación para el Crecimiento, entre otras organizaciones. (La República 19/9/02)

Plan de mobilizaciones

La Mesa Representativa del PIT-CNT resolvió un extenso plan de movilizaciones que tiene como eje la ocupación de los centros de trabajo que realizarán los metalúrgicos, estrategia aprobada en el último congreso, que tiene como objetivo consolidar una política de alianzas que permita acuerdos de carácter programáticos y lograr medidas para la reactivación productiva, que generen puestos de trabajo; políticas de inversión; aumento de salarios y jubilaciones inmediato, de acuerdo con lo previsto en la Ley 16.903; además lograr que se convoque de forma urgente a los Consejos de Salarios. La Mesa Representativa reiteró también la solicitud de reapertura de los bancos suspendidos en base a la propuesta de la Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU), que establece la creación de un Banco Nacional. (La República. 16-09-02).

Bancários conseguem aumento de 7% e abono de R\$ 1.200 - Os bancários assinaram o acordo da campanha salarial com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Pelo acordo, aprovado em assembleias realizadas no país, o reajuste salarial será de 7% e os bancários receberão também um abono único no valor de R\$ 1.200.O acordo prevê ainda a Participação nos Lucros e Resultados de 80% do salário mais R\$ 550 em duas parcelas, limitado a R\$ 4.100.A PLR deverá distribuir aos empregados entre 5% e 15% do lucro líquido de cada banco, podendo chegar a dois salários do empregado, limitado a R\$ 8.200,00. A primeira parcela da PLR, de R\$ 250 mais 40% do salário, será paga em até 10 dias úteis. O secretário geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo e presidente em exercício, Luiz Cláudio Marcolino, avalia que o acordo foi positivo para a categoria. (Folha de SP, 19-09-02).

Petroleiros - A campanha salarial dos petroleiros chegou a um impasse. A Petrobras suspendeu reunião que seria realizada com a Federação Única dos Petroleiros (FUP). A entidade afirma que a estatal está dificultando as negociações. A data-base da categoria é 1º de setembro. Na reunião, os sindicalistas queriam discutir uma pauta específica sobre segurança no trabalho. Segundo a FUP, 118 funcionários — sendo 88 terceirizados — morreram desde 1998, em consequência de acidentes.(Diário de S.Paulo, 18-09-02).

Empresas criam "cartel antitrabalhador"

Um pacto antiemprego, ação conjunta de empresas para não contratar o funcionário que vai à Justiça fazer reclamações trabalhistas, começa a se proliferar no país por meio de "listas negras" on-line. Elas estão sendo criadas a partir de informações retiradas de sites da Justiça do Trabalho que, ao fornecer dados sobre processos, revelam também os nomes de quem moveu ações trabalhistas.

As "listas negras" não afetam somente o trabalhador, mas também o emprego de outras pessoas de sua família. O Ministério Público do Trabalho de Campinas reúne denúncias de casais que não conseguem voltar ao mercado porque um deles reclamou seus direitos na Justiça.Outros depoimentos reunidos pelos procuradores de Campinas revelam que os trabalhadores

CUT entrará com ação na OIT - Na última semana o Presidente CUT , Joao Felício, manteve contacto com o Ministro do Trabalho e Membros do TST para solicitar imediata suspensão dessas arbitrariedades e punição das empresas. No próximo dia 23 Felício terá um encontro da Federação das Industrias do Estado de SP-FIESP (e posteriormente conversará com outras entidades patronais) para pedir que a entidade faça uma condenação pública dessas práticas.

Também na próxima semana a CUT enviará a OIT a denuncia das flagrantes violações que vêm sendo cometidas e o caráter discriminatório das listas, que ferem diretamente o artigo 373 da CLT, que estabelece restrições à discriminação. Além disso o Brasil ratifica a convenção 98 e a Declaração de Principios e Direitos Fundamentais aprovada pela Conferencia da OIT em 1998, que compromete os países membros a respeitarem o direito de organização e filiação sindical e à negociação coletiva, assim como também a eliminarem o trabalho escravo e a discriminação no emprego, como é o caso da "lista negra".

chegaram a ouvir de empresas que iriam contratá-los -mas que, após consultar as listas, não o fizeram- que teriam dificuldade para conseguir emprego por terem movido ações trabalhistas.

O Ministério Público do Trabalho já conduz 182 investigações em empresas de vários setores em 20 Estados em razão de denúncias feitas por trabalhadores- em algumas regiões do país, as "listas negras" já foram encontradas nos arquivos de computadores das empresas, após decisão judicial para realizar ação de busca e apreensão desse material. Cerca de 80 empresas já assinaram termo no órgão para pôr fim às listas. Se quebrarem o compromisso, podem pagar multas diárias de até R\$ 500 ou indenizações de até R\$ 10 mil por trabalhador. A Procuradoria Geral do Trabalho entende que essas listas funcionam como uma espécie de cartel no mercado de trabalho e, portanto, precisam ser eliminadas. Esse combate às listas, dizem os procuradores, tem de ser parecido com o que é feito pela SDE (Secretaria de Direito Econômico), que analisa prática de abuso econômico em várias atividades.

O TST já retirou os nomes das pessoas que moveram ações trabalhistas dos sites que informam sobre os processos, como medida para inibir a listagem de nomes. Agora, a busca pode ser feita pelo nome do advogado ou pelo número do processo. (FSP – 08/09/02)

El sindicalismo dice que la deuda es "impagable" - Los cuestionamientos a las políticas del FMI fueron un poco la constante durante los dos días (10 y 11) del encuentro, celebrado a instancias de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres-CIOSL/ORIT y la CGT de Rodolfo Daer.

El documento final sintetizó ese clima levantisco contra las entidades de crédito: "El desarrollo de los países de la región es incompatible con el pago de la deuda. La opción es pagar, acentuando la recesión, el desempleo y la pobreza, o desarrollar la economía de la región con justicia social". La participación de representantes del Fondo, el Banco Mundial y el BID le aportó picante a una cumbre en la que participaron 700 personas, incluidos los muchos sindicalistas latinoamericanos y europeos que vinieron para este evento. Hombre del FMI en la Argentina, Gilbert Terrier, recordó las recetas *made in Washington*: "El Gobierno argentino debe estabilizar las cuentas fiscales, reducir el déficit de la Nación y las provincias, desarrollar un programa monetario que permita una inflación baja, salir del congelamiento de los precios de servicios e implementar un plan de ayuda a la pobreza". El jefe de la socialdemócrata CIOSL (tiene 157 millones de miembros en 148 países), Guy Ryder, la emprendió primero contra los militares argentinos de la última dictadura por el nivel de endeudamiento que contrajeron; y en un mismo plano puso a quienes atendieron las demandas financieras de ese "régimen represivo". Ryder no se escudó en la diplomacia para descalificar, además, a los gobiernos argentinos democráticos que cometieron "errores graves". "No toda la culpa de lo que le pasa a los argentinos es el del FMI". En ese punto, repudió la forma en que se hicieron las privatizaciones del menemismo, justificadas en parte por la necesidad de reembolsar la deuda. Asimismo hizo un llamado a una autocrítica profunda a los jefes sindicales. (Clarín, 12-09-02).

Paro del transporte - La dirección de la Unión Nacional de Obreros y Trabajadores del Transporte (Unott) aprobó poner en marcha un plan de movilizaciones que comenzó con la paralización de los servicios urbanos y suburbanos el día 19, a partir de las 11 horas. A las 13 hubo una concentración en el Obelisco a los Constituyentes y luego se inició una marcha por las principales avenidas de Montevideo y se detuvieron por algunos minutos, para dejar una nota, en el Banco de Previsión Social (BPS), la Intendencia Municipal de Montevideo (IMM), el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS), donde reclamaron la "inmediata intervención" de esta secretaría de Estado para frenar "una dura represión antisindical en el transporte". Además entregaron una nota al ministro Alvaro Alonso en la cual le solicitan "la creación de ámbitos de negociación colectiva para abordar la problemática que está atravesando el sistema nacional de transporte". (La República 19/9/02)

El ajuste en los bancos ya provocó unos 8900 despidos - La banca privada comenzó a revisar todos sus costos fijos, en previsión de lo que será un largo invierno financiero. Por un lado, decidió elevar sus comisiones o cargos operativos para engrosar sus magros ingresos; por el otro, inició planes de cierre o fusión de sucursales, con despidos o retiros voluntarios incluidos, para reducir su exposición en el mercado.

Según el gremio del sector "El desastre viene ahora. El ajuste significa que de los 104.000 empleados que había en enero perderán su trabajo entre 30.000 y 50.000. La conclusión es siempre la misma: el sistema financiero está desproporcionado", afirmó el secretario general del gremio. "Podrán decir lo que quieran públicamente, pero para la banca extranjera, el sistema financiero local no justifica ahora más de 50.000 empleados.

Los banqueros incluso le pidieron al Banco Central una autorización para descontar los gastos de indemnizaciones en distintos balances para redistribuir la repercusión patrimonial", dijo la fuente sindical. Los mismos números manejan en privado muchos banqueros; incluso, algunos hablan de un sector que empleará a apenas 30.000 personas. Desde enero, los bancos solicitaron el cierre de 185 filiales (en diciembre operaban 4267 sucursales), de las que el 60,5% corresponde a la Capital Federal (60 locales) y la provincia de Buenos Aires (52). Pero La Bancaria estima que desde la gestación del corralito, en los primeros días de diciembre, se perdieron 8900 empleos. "Hay 6200 puestos laborales menos por trabajadores registrados que fueron despedidos, invitados a jubilarse anticipadamente o a sumarse a planes

de retiros voluntarios. Los restantes 2700 corresponden a contratados en negro", detalló. (*La Nación*, 16-09-02).

Finaliza zafra de naranja y la desocupación afectará directamente a familias de la zona -Los trabajadores de la naranja de Salto expresaron a prensa su preocupación ante la inminente finalización de la zafra 2002 y por ende, un número importante de trabajadores quedarán desocupados, muchos de ellos sin derecho al Seguro de Desempleo.

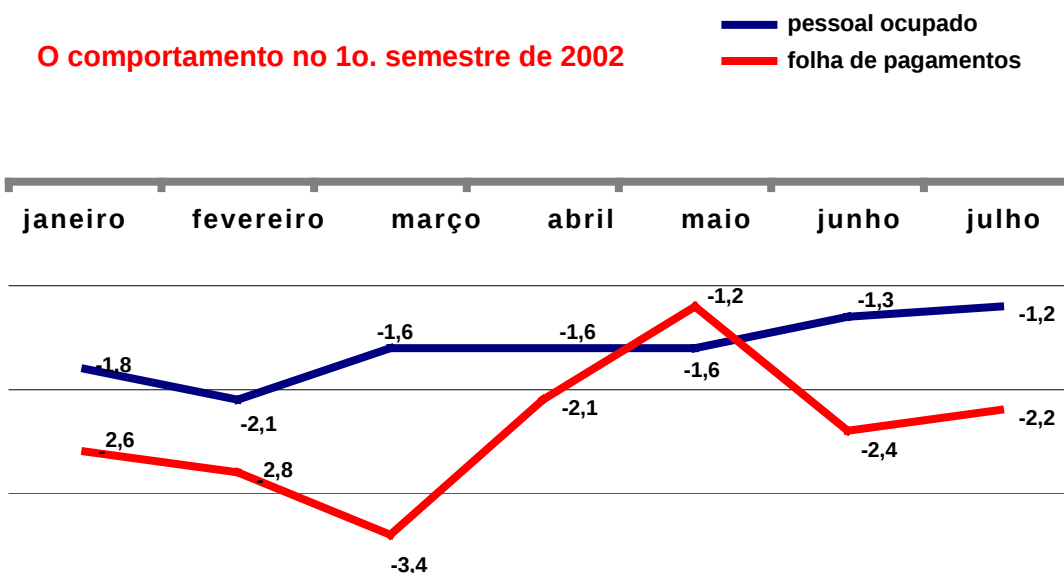
En un comunicado se convoca a nuclearse en el Sindicato Unico de Obreros Rurales y Agroindustriales (Sudora) como forma de poder defender sus derechos como trabajadores y como ciudadanos. El documento recuerda que en el marco de la citricultura giran más de cinco mil trabajadores y que dentro de pocas semanas finalizará la zafra. Por lo que el 80% de los obreros quedarán desocupados. Se indica, además, que muchos trabajadores rurales, jornaleros y zafrales no pueden acceder al Seguro de Desempleo, dado que las exigencias hablan de 250 jornales, lo que es muy difícil contabilizar por lo que "este derecho se traduce en una farsa". Los dirigentes de Sudora indicaron que se sabe que un número importante de trabajadores no está registrado en el BPS y BSE. Y, a otro tanto de asalariados se le cobra el boleto de traslado hacia las quintas. La dureza del trabajo, además, deteriora el organismo en plazos breves, los accidentes son comunes y quienes no trabajan no cobran, y quienes no cobran no comen.

Informaron a continuación que el trabajo se ha tercerizado y existen contratistas que a su vez contratan subcontratistas. Una metodología que tiene como objetivo reducir aún más los miserables salarios y perseguir cualquier intento de organización sindical.

Ante esta difícil realidad que los afecta la última asamblea de Sudora resolvió iniciar una campaña de reorganización del trabajo sindical. (*La República* 17/9/02)

Emprego e salário caem na indústria brasileira – Segundo dados divulgados pelo IBGE no dia 20/09, continuam em queda os empregos e salários na indústria. Em relação a julho de 2001 a queda do emprego foi de 1,2% e a dos salários (descontada a inflação) foi de 2,2%. A pesquisa do IBGE revela que das 14 regiões pesquisadas, 8 registraram queda no pessoal ocupado, tendo sido determinante o comportamento negativo da indústria de SP, pois a pesar desse estado não ter apresentado a pior variação negativa, ainda concentra 38% do total da indústria.

Foram pesquisados 18 setores industriais e desses 13 tiveram resultados negativos, destacando-se principalmente máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (- 14,2%). (FSP, 20/09/02)



Veja as mais notícias sindicais na pagina



(clique sobre o título desejado)

Brasil : metalúrgicos

Metalúrgicos entregam pauta de reivindicações na Fiesp

Argentina : salarios

El 18,5% de los empleados no cobró el aumento de \$ 100

Argentina : Chile

Moyano presentó una denuncia contra transportistas chilenos

Brasil : petroleiros

Petroleiros protestam contra mortes na Petrobras

Brasil : metalúrgicos

Renault pode cortar 200 vagas de trabalho em fábrica no Paraná

Brasil : exploração

TST defende penas rigorosas contra o trabalho escravo

Paraguay : represión

Gremio del IPS repudia la violenta represión

Argentina : transporte

Campaña por la Declaración de Insalubridad en Metrovias de Buenos Aires

Brasil : violência

Assassinada testemunha da morte de sindicalista rural no Pará

Argentina : protesta

Piqueteros cortaron la avenida 9 de Julio

Brasil : metalúrgicos

Metalúrgico da CUT entrega pauta

Brasil : Alca

Embaixadora dos EUA recebe plebiscito contra Alca

Paraguay : protesta

Gremios vuelven a manifestarse hoy contra la corrupción en el IPS
Argentina : protesta
Protestas de jubilados, piqueteros y estatales

Uruguay : transporte

Desde las 11 paran los trabajadores del transporte urbano y suburbano

Argentina : protesta

Hoy marcha, para "que se vayan todos"

Noticias da semana
de 16 a 19 / 09

www.sindicatomercosul.com.br

Paraguay : protesta

Amnistía condena abuso de la Policía paraguaya

Global : Oxfam

Ongs lançam campanha para valorização do trabalhador do café

Argentina : protesta

Córdoba: cortes de calles en distintos puntos de la capital



Críticas al FMI de los obispos del Mercosur - Las máximas autoridades de las Conferencias Episcopales del Mercosur y Bolivia culparon a las políticas de ajuste del FMI y la corrupción en sus países por el agravamiento de la situación económica y social de la región. Lo hicieron al término de tres días de deliberaciones en la casa de ejercicios espirituales María Auxiliadora de San Miguel, en el Gran Buenos Aires. Los obispos, que analizaron la delicada situación social además de la realidad religiosa de sus pueblos, recomendaron el camino del diálogo con el Fondo y las naciones desarrolladas para lograr una mayor comprensión y colaboración del primer mundo, que permita ir superando la crisis regional y "alejar el riesgo de conflictos sociales violentos". Los obispos trazaron un sombrío panorama de la región. "Vemos que hay factores externos, como las condiciones que pone el Fondo, e internos, como la corrupción, la falta de valores como la honradez y la responsabilidad, que evidentemente dificultan una salida", apuntaron. Los obispos, sin embargo, no fijaron una posición frente al Tratado de Libre Comercio de las Américas (ALCA). En ese sentido, aclararon que "todavía no tenemos una posición sobre el ALCA", aunque consideraron que "más que nosotros, deberían pronunciarse los políticos, los economistas y los dirigentes sociales". En cambio, los religiosos respaldaron con fuerza el Mercosur. Y consideraron que el proceso de integración regional "debe abarcar todas las dimensiones, comenzando por nuestros valores éticos". (Clarín, 19-09-02).

"Lula piensa en un Mercosur al estilo de la Unión Europea" - Marco Aurelio García, mencionado como posible canciller en un eventual gobierno de Lula, explicó en una entrevista el "plan A" de la política externa del Partido de los Trabajadores. Arriba de la lista de prioridades colocó al Mercosur y la Argentina. Sus consideraciones más importantes fueron las siguientes: "Nosotros insistimos en la necesidad de reconstituir el bloque y, en especial, la relación con Argentina. El plan A de la política externa brasileña pasa por fortalecer el Mercosur. Y esto involucra dos dimensiones: una estratégica, que debe ser anunciada y construida. Y otra de corto plazo: debemos producir resultados inmediatos, con políticas activas y compensaciones que permitan contornear las dificultades comerciales mutuas. Pensamos un Mercosur al estilo europeo, con política agrícola común, con refuerzo de las instituciones políticas del bloque y un parlamento con voto directo. Si creemos que es bueno el cierre de una fábrica en Córdoba para que se abra

en San Pablo, nunca tendremos el Mercosur. Pensamos que no se deben proteger nuestros intereses negociando contra nuestros socios. Lo que hay que hacer es crear condiciones de igualdad de competencia dentro del Mercosur. Asimismo, en este cuadro de crisis internacional, el comercio dentro de la región tendrá un papel muy importante. Además, debemos pensar una política conjunta de sustitución de importaciones". (*Clarín*, 16-09-02).

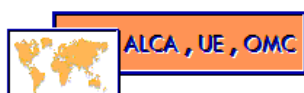
Mercociudades se abren a comunas menores de 500 mil habitantes - La plenaria de la VIII Cumbre de la Red de Mercociudades aprobó incorporar en el grupo a las ciudades menores de 500 mil habitantes. Esta decisión fue adoptada a propuesta del intendente de Asunción, Enrique Riera Escudero. La cumbre de municipios congregó a unas 100 personas representantes de las instituciones municipales, alcaldías y prefecturas de los países del Mercosur, más Chile y Bolivia. Al término del evento, el intendente Riera dijo que ante esta situación social y económica tan grave en la región, "la idea es justamente ir en dirección contraria a la separación y tenemos que estar más juntos que nunca", que se está afianzando con estos encuentros de líderes municipales. Calificó de exitosa la cumbre. La comuna de Asunción asumió la Secretaría Ejecutiva de la Red de Mercociudades, por el periodo de un año. "Vamos a hacer una campaña grande y abierta para que la mayor cantidad de ciudades paraguayas puedan participar", indicó el intendente Riera. Referente a las perspectivas en el contexto del Mercosur, Riera dijo que la Red tiene el compromiso de lograr que el Mercosur sea una realidad con la participación ciudadana. (*ABC Color*, 16-09-02).

FHC intensifica negociações comerciais na América Latina - O presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu dedicar os últimos meses de seu mandato, na área diplomática, a reforçar a integração na América Latina. Ele orientou seus principais assessores em comércio exterior a dar prioridade máxima às negociações em andamento com países latino-americanos e estabelecer novas discussões com blocos que ainda não haviam sido procurados. O objetivo é ter, no médio prazo, uma área de livre comércio que cubra a maior parte da região e dê um firme impulso às exportações brasileiras.

CAN - Na visão do presidente, a conclusão rápida de um acordo com a Comunidade Andina (CAN) é necessária para que se avance no estabelecimento do livre comércio latino-americano. O Brasil trabalha para reunir no dia 5 de dezembro, em Brasília, os presidentes dos países que integram o Mercosul e a CAN. No início de setembro, Amaral visitou Bogotá e entregou ao governo um detalhado cronograma de negociações. Presidindo temporariamente o grupo dos andinos, a Colômbia se comprometeu a responder até o dia 20 a proposta do Mercosul para acelerar as discussões. Uma nova rodada deve ser agendada para outubro. No momento as negociações estão travadas em quatro pontos, segundo o ministro: a CAN quer prazos mais longos para a eliminação de tarifas e apresenta uma lista maior de produtos sensíveis, além de haver divergências em agricultura e na definição de regras de origem

MCCA- Já está em andamento uma aproximação com os países caribenhos e da América Central com vistas à negociação de um acordo comercial. As nações dessa região estão divididas em dois blocos: o MCCA, abrange Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala e Honduras; a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (Caricom) reúne 13 pequenos países caribenhos. A participação desses países na pauta de exportações brasileiras é pouco significativa, mas cresce rapidamente. No ano passado, o Brasil vendeu US\$ 366 milhões ao Caricom - aumento de 54% sobre 2000. Aos centro-americanos, os embarques somaram US\$ 283 milhões em 2001 e neste ano estão aumentando cerca de 25%.

ALADI - Aos diretores da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), o presidente apresentou em agosto, durante viagem a Montevideu, um novo projeto para a região. Ele propôs a criação de uma área de livre comércio, em quatro anos, envolvendo todos os 12 países que compõem a Aladi. A sugestão inclui um mecanismo de tratamento diferenciado para as três menores economias desse conjunto de nações. Fernando Henrique lançou a idéia de eliminar imediatamente as tarifas de importação cobradas dos produtos de Equador, Paraguai e Bolívia. Essa disposição agrada esses países, que reclamam do impacto da liberalização comercial sobre suas economias. (*Valor Econômico*, 12/09/02)



Estados Unidos está dispuesto a abrir aún más sus mercados - Días después que el presidente norteamericano, George W. Bush, aceptó 57 nuevos artículos argentinos en el SGP y mientras analiza la adhesión de otros 14, altos funcionarios de la Representación Comercial de Estados Unidos (USTR, según sus siglas en inglés) anunciaron en Buenos Aires que esperan que ese beneficio se amplíe aún más, pues Washington, mientras tanto, abrirá en las próximas semanas el proceso de revisión anual del SGP, durante el que la cancillería argentina podrá solicitar la inscripción de más exportaciones.

A cambio, el gobierno argentino ratificó la modificación de la legislación de patentes, de modo de adecuarse al permanente reclamo norteamericano. Muchos de estos cambios ya fueron acordados entre los dos gobiernos y ahora quedarán plasmados en un proyecto de ley que el Poder Ejecutivo enviará al Congreso. Por tener normas poco generosas hacia los laboratorios extranjeros -autores de las fórmulas que dan origen al cobro de patentes-, en 1997 Estados Unidos excluyó a 117 posiciones arancelarias argentinas del Sistema Generalizado de Preferencias. Se trata de un régimen discrecional, denominado por ello "política del príncipe", por el cual el Presidente puede favorecer a una serie de productos extranjeros con la eliminación de aranceles para ingresar en el mercado norteamericano. Este conflicto derivó en la exclusión de 57 productos del SGP en 1997.

De todos modos, la superpotencia excluye del beneficio algunos textiles y prendas de vestir, relojes, artículos electrónicos, productos siderúrgicos y de marroquinería, calzado, manufacturas y semimanufacturas de vidrio, entre otros bienes. La nómina no incluyó ni uno solo de los productos que fueron excluidos del Sistema a raíz de la sanción comercial, y ninguno de aquellos que más pugnan por perforar las fronteras del Primer Mundo. En el caso del cuero, la decisión es promisorio como "cambio de tendencia", aunque la eliminación de un arancel que en promedio no supera el 3,5 por ciento seguramente no significará ningún boom de exportaciones. Por el contrario, lo que verdaderamente beneficiaría a la industria de cueros es que Estados Unidos admita el ingreso de manufacturas como calzados u otros productos con más valor agregado y, fundamentalmente, de carnes.

La Cancillería local, la considera como una gracia con la que la administración de George Bush trata de compensar su renuencia a otorgar un auxilio financiero. Sin embargo, el gesto estadounidense es tan leve como magra la ventaja económica para el país. (*La Nación*/ Página 12, 10-09-02).

Embaixadora diz que a ALCA não ameaça Brasil - A

embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, desembarcou em Belo Horizonte disposta a convencer empresários mineiros de que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não é nenhum bicho-papão, ao contrário do que pensam cerca de 10 milhões de brasileiros que votaram no plebiscito realizado por entidades civis. Segundo a embaixadora, os empresários brasileiros não devem ter receio porque têm recursos para competir e serem bem sucedidos na abertura de mercado. Ela citou os exemplos das siderúrgicas brasileiras que compraram siderúrgicas americanas falidas e da Embraer, que consegue vencer a concorrência americana vendendo jatos com turbinas importadas dos EUA.

Donna afirmou ainda que as entidades patrocinadoras do plebiscito **ANTIALCA** se opõem a um acordo que ainda não existe. "Ao invés de se esconderem atrás de slogans antialca, eles deveriam dizer ao que realmente se opõem: a abrir novos mercados para produtos brasileiros, criar empregos ligados às indústrias exportadoras com salários elevados."

Donna evitou comentar artigos publicados pela imprensa americana comparando o líder nas pesquisas eleitorais brasileiras, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao ditador cubano Fidel Castro. "O próximo presidente será o que os brasileiros quiserem; trabalhamos com qualquer um dos quatro." Ela ressaltou que as propostas de todos os candidatos à Presidência da República passam por aumento das exportações brasileiras, o que fatalmente implicará a negociação da abertura de mercado. Segundo ela, o governo americano estará disposto a discutir suas atuais práticas antidumping. "As leis antidumping estão na mesa; tudo é negociável." Ela admitiu, no entanto, que o aumento das cotas de exportação de aço para as siderúrgicas brasileiras dependerá muito das condições das siderúrgicas americanas em março de 2003, data da revisão das salvaguardas impostas em março deste ano. (*Valor Econômico*, 18/09/02)

Brasil rejeita novas datas para a ALCA - Canadá quer apressar o processo. O chanceler Celso Lafer reúne-se com o seu colega do Canadá, Bill Graham, em Nova York, com o objetivo de deixar clara a posição do Brasil e dos demais países latino-americanos que compõem o Grupo do Rio: não há nenhuma possibilidade de o grupo aceitar a antecipação do cronograma de negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A mesma mensagem será reiterada ao negociador comercial chefe da Casa Branca, Robert Zoellick, em Washington. O Canadá fez contatos informais com países latino-americanos, com luz verde dos Estados Unidos, para convocar uma reunião emergencial da Cúpula das Américas, para o começo do ano que vem, no México. O principal motivo: antecipar o cronograma da Alca, segundo informaram fontes diplomáticas. Mas o Brasil e seus aliados são contrários à iniciativa, firmando-se no calendário original, que prevê a Quarta Cúpula das Américas para 2005, na Argentina, quando terão sido encerradas as negociações. (*Gazeta Mercantil*, 17-09-02).



Fusão entre HP y Compaq provocará recortes en la región - Rui G. Da Costa, director general para América latina de Hewlett Packard (HP), estima que la profunda crisis que impone la inmovilidad en los negocios le da tiempo a su compañía para completar la fusión con Compaq, empresa que adquirió el año pasado por 27.000 millones de dólares en acciones. Las dos compañías tecnológicas están completando su integración, que permitirá que HP ahorre más de 2000 millones de dólares este año y 2500 millones en 2003. Así, se eliminarán 15.000 puestos de trabajo, el 10% del total de empleados de la nueva compañía. Y ese porcentaje se duplica en América latina, donde el agregado de la profunda crisis económica elevará el número de despidos al 20% de los 5000 empleados en la región. (*La Nación*, 08-09-02).

Unificarían los bancos -El gobierno se propone unificar los bancos Montevideo, Caja Obrera y Comercial si no surge un inversor antes del fin de la suspensión interesado en alguna de estas instituciones. Por ello encomendará a una consultora internacional la definición de la posible estructura del nuevo banco, según informaron ayer los representantes oficiales en la comisión consultiva del sistema bancario.

Asimismo, el representante del Ministerio de Economía, Michele Santo, dijo que el caso del Banco de Crédito quedará fuera de la evaluación de la consultora y que la salida para esta institución se enmarcará en una "solución política". El equipo económico espera hoy tener noticias de las gestiones de Ricardo Pascale, asesor financiero del Grupo Moon, en Estados Unidos, en tanto el gerente del Banco Comercial, Paul Elberse, demoró su regreso de ese mismo país hasta hoy.

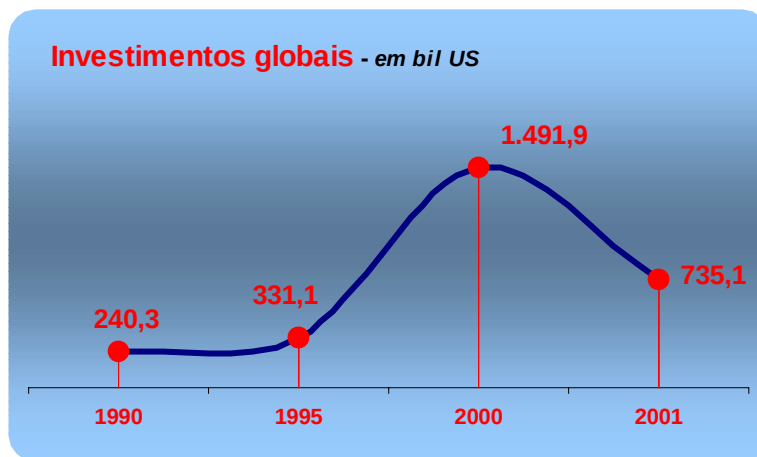
Por su parte, el dirigente de AEBU, Juan José Ramos, integrante de la comisión, dijo que el cometido de la consultora internacional que sea seleccionada definirá la fusión de activos y pasivos de las tres entidades. Esta solución tiene puntos de contacto con la propuesta de AEBU de crear un nuevo banco nacional con las entidades suspendidas para evitar su liquidación.

En una reunión que el gremio mantuvo el miércoles con la delegación del Fondo Monetario Internacional que se encuentra en Uruguay, el organismo tomó nota de la propuesta y planteó que "si el gobierno le da viabilidad, no tendría inconvenientes en apoyarla", afirmó Ramos. (*El Observador* 20/9/02).

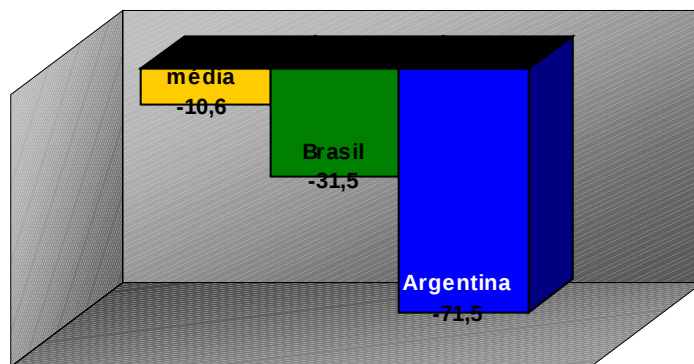
Investimentos externos no Brasil caíram 31,5% em 2001 - O volume de investimentos estrangeiros diretos (IED) recebidos pelo Brasil em 2001 diminuiu 31,5% em relação ao ano anterior, para US\$ 22,5 bilhões. Apesar disso, o país manteve a 11ª posição no ranking dos principais destinos de IED e ampliou sua participação relativa no volume global de 2,2% para 3,1%. Se for considerado o conjunto de países, desenvolvidos e em desenvolvimento, o resultado pode ser considerado positivo. Mas se a análise se centrar nos países em desenvolvimento, a performance brasileira esteve entre as piores. Apenas três países desse universo receberam menos investimentos em 2001 do que em 2000: Argentina, Brasil e Hong Kong, segundo o relatório sobre investimento mundial da Unctad, divulgado simultaneamente ontem em 40 países.

O economista-chefe do BBV destacou a alteração na origem do IED que vem para o Brasil. Segundo ele, a Holanda e os Países Baixos passaram para o terceiro lugar no ranking dos países que mais investem no Brasil, perdendo apenas para Estados Unidos e Espanha. No cálculo, o BBV usou o censo de investimentos estrangeiro realizado pelo Banco Central em 2000 e atualizou os valores de acordo com os fluxos de capital registrados no período. Pelos dados do BBV, os Estados Unidos detêm o maior estoque de IED no Brasil, com 23,1% do total, seguidos da Espanha (11,7%) e da Holanda (11,4%). Depois aparecem França (7,9%), Alemanha (5,0%), Portugal (4,9%), Japão (2,9%), Itália (2,4%) e Suíça (1,9%). O restante é dividido entre Paraísos Fiscais (13,0%) e outros países (16,0%).

O relatório da Unctad mostra ainda que diminuiu a participação brasileira nas fusões e aquisições de empresas. Em 2000, o país respondeu por 26,2% das operações desse tipo realizadas nos países em desenvolvimento. No ano passado, esse percentual caiu para 7,0%. Ao mesmo tempo, o conjunto dos países em desenvolvimento ampliou sua participação em fusões e aquisições de 7,7% a 16,4%. (*Valor Econômico*, 18/09/02)



América Latina - investimentos externos 2001-2000



Vuelven de Brasil algunas producciones industriales - Algunas empresas que habían dejado de producir por la sobrevaluación del peso y habían comenzado a abastecerse desde Brasil están volviendo a fabricar en el país. La consultora Ecolatina, reconoce que estas reaperturas de líneas de producción implican una inversión mínima, de modo que se puedan discontinuar ante un cambio de escenario macroeconómico.

Tal es el caso de las salsas de tomate Cica de la compañía angloholandesa Unilever. Hace cuatro meses, después de la maxidepreciación del peso que rebajó los precios en dólares, Unilever volvió a producir las salsas de tomate en la Argentina. La norteamericana Kraft Foods reanudó la elaboración de los postres Royal, después de mudarlos a Brasil en 1999. La suiza Nestlé, que en 2000 cerró su planta de café instantáneo, a mediados de año comenzó a fabricar café con leche en Santa Fe. La fabricante de neumáticos Goodyear y la de zapatillas Nike analizan volver a poner a sus productos el rótulo industria argentina. Ni Unilever ni Kraft ni Nestlé prevén exportar estos nuevos productos a Brasil. Apuntan al mercado interno y a otros países vecinos. Otros casos de retorno se registran en las industrias de muebles, juguetes, electrodomésticos y bienes de capital. Son casos aislados, en momentos en los que en la industria sigue la crisis

Hoy la Argentina tiene una mejor paridad cambiaria con Brasil que en 1989. Invertir en nuestro país es un 40 por ciento más barato, la duda radica en si esta diferencia cambiaria con Brasil se mantendrá o no en el largo plazo. No se sabe qué pasará en la Argentina, aunque se supone que seguirá el tipo de cambio alto. La mayor incógnita está en Brasil. Habrá que ver si puede sostener al real en un contexto de contracción de la inversión extranjera en América latina, advierte la consultora. Si la cotización del real se desmadra, la ventaja de la Argentina frente a su socio mayor del Mercosur desaparece.

La devaluación brasileña de 1999 derivó en un éxodo, no tan masivo como se pregonó, de fábricas desde la Argentina hacia el gigante sudamericano. Se fueron fundamentalmente autopartistas y alimentarias. Ahora pueden llegar a retornar las líneas de producción que no demanden elevadas inversiones para su puesta en marcha ni para su cierre. Entre ellas figuran las de alimentos, textiles y autopartistas. (La Nación, 17-09-02).

Para ler mais noticias sindicais consulte a pagina www.sindicatomercosul.com.br
Para se comunicar conosco escreva a msilvia@uol.com.br